



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

PEC 215: A Narrativa Social nos Caminhos do Discurso Midiático

Dandara Palmares de MORAIS ¹

Sckarleth Alves MARTINS ²

Gesner DUARTE ³

Resumo: Este artigo analisa a cobertura da revista Veja e dos jornais Folha de São Paulo e Brasil de Fato em relação às manifestações indígenas na Câmara dos Deputados, em abril deste ano. Os índios ocuparam o plenário durante a votação da Proposta de Emenda Constitucional 215, que transferia da Funai para o Congresso a competência para aprovar a demarcação, titulação e homologação de terras. Observa-se que o assunto foi tratado de maneira diferente por cada veículo, de acordo com a sua linha editorial. No discurso de Veja o protesto é caracterizado como baderneiro e antidemocrático. A Folha de São Paulo apesar do caráter de reprovação ao ato observa que os indígenas colaboraram com a negociação. E o jornal Brasil de Fato prefere uma abordagem mais interpretativa dos fatos, resgatando o histórico e os motivos políticos da ação dos índios.

Palavras-Chave: Indígenas. PEC 215. Veja. Folha de São Paulo. Brasil de Fato.

1. Introdução

O trabalho de reportagem é interpretativo, requer uma visão crítica dos acontecimentos que cercam a sociedade, bem como avalia os possíveis impactos que os fatos podem causar em diversos planos da conjuntura social. O tema ambiental é um assunto transversal, que envolve todos os setores da sociedade e, por isso, deve ser noticiado e discutido, especialmente em relação aos enfoques dados pela mídia.

1 Acadêmica do sétimo período em Comunicação Social –Jornalismo, na Universidade Federal de Mato Grosso-Campus Araguaia, graduanda, e-mail: moraisdandara@gmail.com

2 Acadêmica do sétimo período em Comunicação Social –Jornalismo, na Universidade Federal de Mato Grosso-Campus Araguaia, graduanda, e-mail: sckarlethmartins@gmail.com

3 Orientador do trabalho, professor assistente do curso de Comunicação Social- Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso- Campus Araguaia, mestre em Comunicação e Semiótica, e-mail: gesnerduarte@hotmail.com



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

É o que nos propomos neste artigo, que analisa a cobertura de três veículos jornalísticos online (Veja, Folha de São Paulo e Brasil de Fato)⁴ sobre as manifestações de cerca de 700 índios na Câmara dos Deputados, durante a votação da Proposta de Emenda Constitucional 215/2000 (PEC 215), que transfere da Funai para o Congresso Nacional a aprovação de demarcação, titulação e homologação de terras indígenas, quilombolas e a criação de Áreas de Proteção Ambiental. Foram selecionadas matérias (uma cada veículo), publicadas no dia 16 de abril de 2013. Veja, Folha e Brasil de Fato foram escolhidos por terem linhas editoriais diferentes, e, por isso, nos ajudam a perceber melhor, de forma comparativa, os vários discursos veiculados a respeito dos direitos indígenas naquele momento em que o assunto passou a figurar com mais ênfase na agenda da imprensa.

Partimos da constatação de que os assuntos em destaque nos jornais são rigorosamente avaliados pelos profissionais de comunicação, segundo interesses públicos ou, como acontece com muito mais frequência, segundo os interesses políticos e econômicos das empresas de comunicação. A produção noticiosa sai do âmbito individual para o âmbito da organização. Desta forma, fica evidente a necessidade de se olhar criticamente as mediações que estão sendo produzidas, as representações construídas nesses produtos jornalísticos, propiciando o delineamento de desdobramentos possíveis e as tendências sociais deles emanados.

2. Jornalismo, Construtor de Realidades

Os debates acerca da mídia como construtora de realidades não são novos. Motta (2005, p. 2) afirma que a realidade é inventada, uma construção social polivalente e condicionada a personalidades: “Algo passa a ser ‘real’ desde o momento em que se encontra em certa relação conosco, o que constitui a realidade é o sentido de nossa experiência e não a estrutura ontológica dos objetos”. O jornalismo, em seu papel de mediador entre os fatos e o público, atinge o

4 Veja: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/indios-invadem-plenario-da-camara-para-impedir-votacao>>. Acesso em: 24 de abril de 2013

Folha: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1263651-indios-invadem-plenario-da-camara-e-interrompem-sessao.shtml>>. Acesso em: 24 de abril de 2013

Brasil de Fato: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12678#.UW6k8reEy10>>. Acesso em: 24 de abril de 2013



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

imaginário coletivo na medida em que representa o mundo e seus acontecimentos de forma inteligível, de maneira que constitua uma significação presente. Não é somente um reflexo do real, como muitas empresas e profissionais argumentam na defesa de uma suposta neutralidade na condução das suas coberturas (TRAQUINA, 2008, p. 62). De acordo com Berger e Marocco (2008, p. 167), “a notícia não é um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impõe”, ou seja, o jornalismo faz recortes da realidade, orienta o olhar do público para determinados ângulos dos acontecimentos, construindo, desta maneira, certas versões da realidade, ao mesmo tempo em que interfere nela.

O jornalista utiliza estratégias enunciativas no intuito de construir narrativas que se encontram numa miscelânea entre o ficcional e o factual. Assim, “recorre a elementos da análise da narrativa literária (ficcional) e da análise da narrativa histórica (fática) para integrar as duas vertentes em uma síntese narrativa que é nova, é singular.” (MOTTA, 2005, p. 28).

A mídia ultrapassa o embate social da construção de sentido e se estabelece nas relações de poder que permeiam os valores-notícia. Jornalistas e veículos são agentes sociais que se apropriam da legitimidade conferida pelo público para fomentar determinados aspectos em uma cultura política. Entenda-se aqui o termo “mídia” como o conglomerado empresarial do ramo das comunicações que, de acordo com Charaudeau (2007, p. 67), observa-se o seguinte modelo: quem informa quem? Informa para que? Informa sobre o que? Em quais circunstâncias?

Para Gohn (2000, p. 35), “informação e comunicação se confundem e se subordinam a um processo de concentração multinacionalizada com interesses globais. Os grupos oligopolísticos de informação/comunicação se apresentam como mediadores ou mesmo como atores”. De modo que tentam hierarquizar a informação e apresentá-la à maneira de um quadro coerente dos eventos a uma camada social específica, com interesses inventivos e proporcionais, em lugar de um mosaico confuso de notícias.

Segundo Gramsci (1982, p. 161), o jornalismo “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.” Neste cenário, os discursos que emergem em especial nas mídias de



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

grande alcance atuam sobre a subjetividade do seu público, influenciando o imaginário social na (des)construção de certas versões da realidade. Talvez o maior poder desses conglomerados seja o de agendar debates na grande praça pública midiaticizada e guiar discussões em diversos setores da sociedade. Vemos isso acontecer, com frequência, em relação a assuntos referentes aos movimentos populares.

Historicamente, a expressão “movimentos populares” designa, de maneira geral, o aglutinamento de setores da população com o intuito de reivindicar direitos sociais, transformar em leis propostas que melhorem a situação de privação socioeconômica e cultural em que vivem. Assim, um segmento antes marginalizado, toma a cena e passa a ser o sujeito. Entre esses segmentos estão os povos indígenas. Sobre eles Bittencourt afirma:

As organizações indígenas postulam mudanças profundas na organização social dos povos indígenas, abrindo novas perspectivas para a ascensão de pessoas antes marginalizadas na vida política e social e que passam a debater com autoridades políticas intelectuais e eclesiásticas quanto a seus direitos históricos (BITTENCOURT, 2000, p.1).

De acordo com Canevacci (2012), a partir do pressuposto de que se tornam agentes sociais, abdicam do lugar que a sociedade lhes reservava e recorrem a suas próprias linguagens ao se autorrepresentarem na esfera midiática, negam a heterorrepresentação. Essa estratégia linguística gera arcabouços de resistência, pois buscam a manutenção de sua cultura. “Esse processo só torna possível com uma tomada de consciência, cujas etapas são diferenciadas, conforme o nível de inserção desses grupos nas sociedades nacionais e mesmo a proximidade ou a localização em áreas em litígio com a sociedade envolvente.” (BITTENCOURT, 2000, p. 2).

3. Sóciodinâmica de Estigmatização

Conforme Bittencourt (2000), nos últimos anos as mobilizações dos povos indígenas latino-americanos têm se consolidado como as mais articuladas e vêm mudando a cultura política desses povos. No entanto a “questão indígena” é exaltada ou denegrida conforme os interesses e a orientação ideológica dos grandes veículos de comunicação. A cobertura jornalística dessas empresas trabalha com as minorias, de modo geral, como se estas fossem secundárias, reflexos de eventos independentes.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Segundo Paoli (1983), o sentido histórico da noção de cidadania indígena no Brasil é contraditório. Como garantir a sobrevivência do índio no meio capitalista, quando esse modelo econômico cria diferenças de subordinação? As diferenças nas relações de produção acarretam a descaracterização dos modelos de produção desses povos.

O Estado brasileiro vê o processo “civilizatório” do índio como modificação natural. Esse relativismo atua contra os princípios de nação tendo em vista que a privatização das minorias pelo estigma moralista (entenda-se aqui também o conservadorismo das mídias), legitima a repressão e, neste contexto, a marginalização passa a ser natural.

A relação de poder estigmatizada se reflete na leitura e posicionamento dos sujeitos no cenário social. Ou seja, segundo Elias e Scotson (2000), essa relação de poder, reflexo de um estigma material em que o menos “aprazível” aparece como menos humano, o aspecto racial como sintomático da relação entre os *establishments e outsiders*, contudo o que há realmente, é a relação de poder.

O controle social estabelecido pelos valores e dogmas culturais, se apropria de tal força para ditar o comportamento do sujeito, que o nomina como “adaptado”, “não adaptado” e, o que “nunca se adaptará”. Esse controle social se mostra tão intrínseco, que é encarado como natural e socialmente aceito pelos indivíduos que anseiam ser parte de uma comunidade. Contudo, as relações sociais nem sempre se dão de modo pacífico. Por serem estabelecidas por indivíduos inseridos na história, com intencionalidades diversas, os atritos irrompem como sintomas da segregação. O grupo composto pela minoria, vez ou outra, ganha voz, mas isto não o faz deixar de ser marginal frente ao discurso hegemônico. Evidencia-se a relação de interdependência entre os grupos ao passo que a oposição é hierárquica e soberana.

Os movimentos de minoria despontam no imaginário coletivo — em grande medida devido ao relato midiático — sob a narrativa das tramas como personagens “heróis-agentes”, ou como “marginais-antagonistas”, típicos dos enredos ficcionais. Neste contexto, o acontecimento humano se relaciona causalmente a uma sucessão valorativa de representações no relato jornalístico. De acordo com Charaudeau (2007, p. 67), “A situação de comunicação é como um palco, com suas



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

restrições de espaço, de tempo, de relações de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico”.

4. Narrativas e Interpretações

Motta (2005, p.5) afirma que a partir dos enunciados narrativos podemos moldar a realidade em um desenrolar lógico. De acordo com Motta (2005, p. 4), “narrar é relatar assuntos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho”, de maneira que a sucessão de fatos implica em apropriações simbólicas — baseadas em interesses — no intuito de condicionar a representação da realidade, a partir de uma perspectiva particular. “A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, relaciona coisas (...) encaixa parciais em sucessões, explicações e significações estáveis” (ibidem, p. 4).

Sobressaem no fazer jornalístico as condições de construção de sentido e caminhos de interpretação, pois, “Os significados provêm da identificação virtual que ocorre em toda a narrativa, da transposição catártica que as pessoas fazem das histórias narradas suas próprias experiências.” (MOTTA, 2005, p. 8). Assim, um relato nunca será o mesmo que fora dito anteriormente, pois, na apropriação simbólica, os aspectos subjetivos e estruturais de compreensão requerem uma nova construção; os pressupostos sugeridos em um relato são recondicionados e reconstruídos em cada ato de fala, numa ânsia por se constituir verdade, que é perpassada por intencionalidades:

Quem narra evoca eventos conhecidos, seja porque os inventa, seja porque os tenha vivido ou presenciado diretamente (uma atitude de alteridade). Revela, assim, uma tendência para a exteriorização temporal, para uma atitude de distanciamento autônomo. Mas sempre de forma verossímil, como se os houvesse presenciado. Narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo persuasivo de linguagem. (MOTTA, 2005, p. 9)

Ora, se a realidade não existe, e é arquitetada por meio do relato segmentado, as narrativas sociais como um todo, metáforas da realidade. A imitação que se refere à realidade sem copiá-la, porém com o intuito de reivindicar a si uma nova chancela discursiva. Difunde-se no exercício da representação do cotidiano, que é fluida e constante “É uma prática humana universal, transhistórica, pancultural. Vivemos mediante narrações.” (MOTTA, 2005, p. 5).



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

A análise das narrativas deve transitar por entre um ótimo de observação lógica e, como um fato cultural que o é, as relações de poder, história, valores, morais, etc. Organizadas e construídas através de estratégias comunicacionais, proporcionam inteligibilidade às relações humanas e os caminhos de embate de sentidos.

5. Ocupar x Invadir

Em abril, mês do índio, mais de 700 representantes de 121 povos e várias organizações indígenas de todas as regiões do país se reuniram em Brasília entre os dias 15 a 19 para comemorar o Abril Indígena. No dia 16 seria votada na Câmara dos Deputados a PEC 215. No entanto, a votação foi adiada, devido à interferência de lideranças indígenas que interromperam a sessão e tomaram a Câmara.

Passemos à análise das representações construídas pelas edições online de Veja, Folha e Brasil de Fato nesse dia para verificar os reflexos de suas linhas editoriais na cobertura dessa manifestação, tendo em mente, como é de conhecimento da maioria dos pesquisadores em jornalismo, a postura mais conservadora de Veja, em contraposição à tendência de centro-esquerda da Folha (que não deixa de pender, também, em certos momentos, a um certo conservadorismo), e a mais progressista e crítica do Brasil de Fato.

5.1 Veja

Veja nasce em 1968 como o mais importante produto jornalístico publicado pelo grupo Abril. Destinada às classes médias e altas, tem sido a principal porta-voz do pensamento liberal econômico e político dos seus donos, os Civita. A revista foi adquirindo, progressivamente, um caráter conservador, acentuado a partir de 1976 com a saída de Mino Carta da direção (PÁDUA, 2011). Tem um perfil assumidamente de direita, como avalia o ex-diretor de redação Augusto Nunes. Porém, para ele, “Uma direita esclarecida, democrata, liberal” (In: GAZZOTI, s.d). Ainda segundo ele, “Veja é a revista da classe média brasileira. A classe média é, grosso modo, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes (...) A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas avancem demais... Então é claro que devemos tratar desses



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

assuntos com cautela para que a revista não agrida a posição dos leitores (...)” (In: MIRA, 2007, p. 96).

Podemos notar esse caráter conservador da revista presente na matéria sobre os índios. Veja constrói a narrativa a partir da descrição do comportamento deles durante todo o dia na Câmara dos Deputados. Enfatiza a suposta quebra de decoro, provocada pela ação dos manifestantes. Escolhe a fala do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para reforçar essa ideia e o sentido antidemocrático da invasão: “O respeito pelo plenário é inegociável. O espaço do plenário já foi de um tempo muito difícil”.

Defende a primazia da “ordem”. Diz que os indígenas ocupavam os corredores de maneira “pacífica” durante o dia, mas à noite resolveram “invadir” a sessão na plenária e “pressionar” os deputados a não votarem a PEC: “o clima ficou tenso: o grupo passou a pressionar os seguranças da Casa contra a porta principal do plenário”.

Seguindo o relato da matéria, a revista diz que o presidente da Câmara “ainda se propôs a mediar uma negociação em troca da desocupação do plenário”. Constrói-se a ideia de que os índios são baderneiros, intransigentes, e relutantes em agir de modo civilizado, pois, mesmo com a intenção do presidente da Câmara de negociar, se recusaram a desocupar o plenário.

Veja traz, logo no título da matéria, o verbo “invadir” – ou seja, entrar violentamente: “Índios invadem plenário da Câmara para impedir votação”. Evidencia-se nessa escolha lexical a intenção de passar a ideia de um ato contra a democracia, pois os índios impediram, em uma ação violenta, que os deputados votassem a proposta, e o voto é um dos maiores símbolos de um regime democrático.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Figura 1: Matéria Revista Veja

Fonte: Revista Veja online, 16 de abril de 2013.

A narrativa segue com a intenção de levar o leitor a repudiar os envolvidos na ação, associando-os a vândalos e selvagens. Na linha fina, “Grupo tomou o plenário para tentar impedir a votação do projeto que transfere a prerrogativa de demarcação de terras da Funai para o Congresso”. Novamente, o recurso de dar um tom grave e violento ao ato, com a escolha dos verbos “tomar” e “invadir”.

Outra característica que marca as intencionalidades de sentido do texto é a seleção das fontes. A revista não dá voz aos índios. A fala, lugar privilegiado em um texto jornalístico, foi



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

concedida ao presidente da sessão, o deputado Simão Sessim (PP-RJ), e ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), personagens avalizados para ter voz neste veículo. São as vozes de autoridade que a revista usa para desqualificar o ato dos indígenas.

A matéria frisa, constantemente, a “bagunça” causada por eles, não somente à noite, mas durante todo o dia no plenário. Descreve minuciosamente a postura dos indígenas (dando a impressão de que são provocativas e desrespeitosas), que “dançam”, “cantam” e “pressionam”, ações estas que, segundo a revista, são inadequadas ao ambiente legislativo.

Observa-se, portanto, que Veja, ao narrar esse fato, faz certos recortes construindo, assim, representações sobre aqueles acontecimentos, ou seja, destaca certa versão da realidade por meio de enquadramentos. Stuart Hall já dizia que a “notícia não é um relato, mas uma construção” (HALL apud TRAQUINA, 2008, p.17). Esses recortes são chamados de enquadramentos, uma “ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema” (GOFFMAN apud TRAQUINA, 2008, p. 16). Ou, na definição de Gitlin (apud TRAQUINA, 2008, p.16), “são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais os *symbol-bandlers* organizam rotineiramente o discurso, quer verbal quer visual”. E, ao fazer esses enquadramentos e repetir alguns aspectos, o produto contribui, fortemente, para a formação da imagem acerca de um sujeito ou objeto.

Sentidos esses, que são reforçados imagetivamente. Veja usa oito fotos, em uma galeria dinâmica, que retratam a “desordem” e o “incomodo” causados pela entrada dos indígenas na Câmara dos Deputados. Na foto de capa, podemos observar um índio em primeiro plano, olhando para cima, dando menção que ele está em um ambiente novo, e sem saber o motivo de estar ali. Deputados no segundo plano, desfocados e indiferentes à presença do indígena. Nota-se também o contraste de cor e vestimentas, reforçando o estigma de que o índio está no lugar errado.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

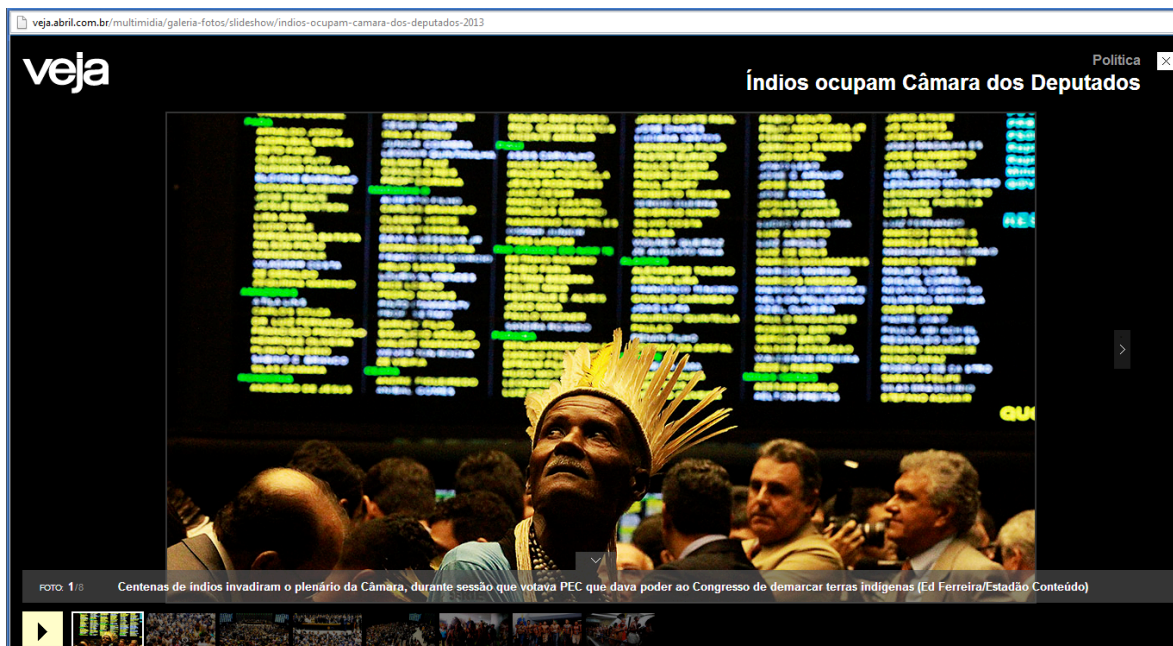


Figura 2: Foto de Capa

Fonte: Revista Veja online, 16 de abril de 2013.

5.2 Folha de São Paulo

Fundada em 1921, a Folha é o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral. O crescimento e a consolidação dessa posição foram alcançados depois de uma grande reforma técnica (1983) e principalmente editorial (1984), que deu origem ao Projeto Folha, cujos princípios o jornal afirma seguir: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.

De acordo com esses princípios editoriais (disponíveis no site do jornal- www.folha.com.br) sua missão é:

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania. (site da Folha.com)



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

A matéria da Folha sobre a manifestação indígena na Câmara também enfatiza a ideia de invasão: “No momento da invasão, os índios começaram a dançar e gritar palavras de ordem. Alguns estavam com tacapes nas mãos” e descreve a postura dos índios no decorrer do dia: “Mais cedo, centenas de indígenas de 73 etnias diferentes ocupavam o plenário da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania). Eles participaram da reunião da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas”.

Na construção da narrativa, o jornal contextualiza o fato, dando referências para que o leitor entenda o assunto: “Com chocalhos, tambores e lanças, os índios disseram que só deixarão o Congresso quando Alves assumir o compromisso de cancelar a PEC 215, que transfere a competência das demarcações que hoje é feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio), para o Congresso Nacional”.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Figura 3: Matéria Folha de São Paulo

Fonte: Folha de São Paulo online, 16 de abril de 2013.

A Folha de São Paulo, apesar do caráter claro de reprovação à atitude dos índios, é menos inflamada em seu discurso da “baderna” que Veja: “Índios invadem plenário da Câmara e interrompem sessão”, diz o título. No lead contextualiza a cena e informa ao leitor o tema do debate: “Cerca de cem índios invadiram na tarde desta terça-feira (16) o plenário da Câmara dos Deputados, o que provocou a suspensão da sessão que discutia a votação de uma medida provisória”.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

O jornal se preocupa em ouvir e apresentar ao leitor a posição tanto dos índios quanto dos deputados. Ao dar voz às lideranças indígenas, nomeia algumas, dando representatividade ao grupo: “Lideranças indígenas da região do Xingu, Tapajós, Teles Pires e da Raposa Serra do Sol”. Mas enfatiza o suposto caráter antidemocrático da manifestação: “Se o presidente não vier, nós vamos dormir aqui”. Em seguida dá voz ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves

É com esta autoridade inegável deste plenário (...) que eu quero agora, de forma muito séria, mas também muito serena, muito afirmativa e consciente, não é convocar, eu quero convidar as lideranças indígenas para, exatamente num prazo de 10 minutos, respeitosamente, esvaziar este plenário para reiniciarmos o diálogo para que possamos encontrar uma alternativa que venha ao encontro dos senhores.

Por isso é importante que o leitor/receptor leve em consideração que cada produto midiático reproduz, por meio do discurso, um aspecto da realidade e este passa por um processo de controle: “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos têm por função conjurar seu poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório esquivar sua temível materialidade” (FOUCAULT, 2007 p 8-9).

O jornal online traz diversas fotos que reforçam os sentidos abordados no decorrer da matéria: a entrada dos indígenas causou desconforto, mas foi contornada; os manifestantes mesmo voluntariosos, tinham boa vontade e cooperaram; saíram do plenário para debater juntamente com os deputados a respeito das demarcações das terras.



Figura 4: Foto de Capa

Fonte: Folha de São Paulo online, 16 de abril de 2013.

O abraço, símbolo da harmonia, entre o líder indígena Raoni Metyktire e do presidente da Casa Henrique Eduardo Alves, reforça o discurso democrático enunciado pela Folha.

5.3 Brasil de Fato

O Brasil de Fato é um jornal semanal, que aborda os fatos cotidianos a partir de uma análise de viés social. Foi criado em 25 de abril de 2003, por movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais. A linha editorial, que transparece em suas coberturas, aponta para questões que são tradicionalmente defendidas por organizações de esquerda, como necessidade a democratização dos meios de comunicação. Para isso julga importante desempenhar o papel de semanário político, de circulação nacional, que contribua no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais no país.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo.

BRASIL MUNDO ENTREVISTA CULTURA EDITORIAL OPINIÃO CHARGES VÍDEOS

Suplente: Contato Assessoria Rocha e Oliveira Nas bancas Assine
Início » Cerca de 700 indígenas ocupam Câmara dos Deputados

Cerca de 700 indígenas ocupam Câmara dos Deputados



O objetivo das lideranças é pressionar a Mesa Diretora da Câmara para que ela extinga a comissão que tratará da PEC 215/2000 entre os parlamentares

16/04/2013

da Redação

Cerca de 700 indígenas transferiram o Abril Indígena para uma ocupação na Câmara dos Deputados na Esplanada dos Ministérios no Distrito Federal nesta terça-feira (16). A decisão foi tomada pelos indígenas durante a audiência pública convocada pela frente parlamentar em defesa dos indígenas. O objetivo das lideranças indígenas é pressionar que a Mesa Diretora da Câmara extinga uma comissão especial criada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que dá ao Congresso Nacional poderes para demarcar terras indígenas - responsabilidade que hoje pertence ao Executivo, por meio da Funai.

(Veja álbum de fotos aqui)

"Nós não aceitamos nenhum tipo de negociação ou diálogo referente à PEC 215. O que nós queremos é que a Comissão seja desfeita", disse Sônia Guajajara, liderança da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) esteve presente na audiência pública depois de muita pressão do movimento indígena. Sobre a reivindicação dos povos indígenas, apenas disse que pediria aos líderes partidários que não indicassem representantes para a comissão da PEC 215 até que a situação fosse boa para todas as partes.

Figura 5: Matéria Brasil de Fato

Fonte: Brasil de Fato online, 16 de abril de 2013.

É perceptível logo no título a mudança de enfoque em relação a Veja e Folha: “Cerca de 700 indígenas ocupam Câmara dos Deputados”. O verbo utilizado é “ocupar”, ou seja, encher um espaço, habitar. Ao tratar de temas conflituosos como o embate entre classes sociais, o jornal opta por uma abordagem mais interpretativa dos fatos, resgatando o histórico, bem como os motivos políticos da ação dos índios de entrarem no plenário da Câmara e interromper a votação.

As vozes que aparecem na reportagem são das lideranças indígenas e o recorte privilegia aspectos de força e autoafirmação do movimento: “Nós não aceitamos nenhum tipo de negociação



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

ou diálogo referente à PEC 215. O que nós queremos é que a Comissão seja desfeita”, diz a líder da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), Sônia Guajajara.

A construção da narrativa deixa evidente que a motivação dos índios em interromper a sessão é mais importante que as consequências desse ato, assim como a forma como ele foi realizado. No lead, a informação sobre “o quê” ultrapassa o evento local e se estende ao momento da articulação do movimento indígena: “Cerca de 700 indígenas transferiram o Abril Indígena para uma ocupação na Câmara dos Deputados” — Nota-se o tom institucional que o evento adquire — e segue: “A decisão foi tomada pelos indígenas durante a audiência pública convocada pela frente parlamentar em defesa dos indígenas”. Nesse trecho podemos perceber a ideia de que, segundo o jornal, os índios são articulados e organizados, promovem audiências públicas e discutem democraticamente as decisões a serem tomadas.

Quanto às fontes oficiais, o jornal só dá voz ao presidente da Câmara e, mesmo assim, em citação indireta: “Sobre a reivindicação dos povos indígenas, apenas disse que pediria aos líderes partidários que não indicassem representantes para a comissão da PEC 215 até que a situação fosse boa para todas as partes”.

Ainda relata a suposta indiferença de Alves, que somente “esteve presente na audiência pública depois de muita pressão do movimento indígena”. A matéria encerra, enfatizando, em tom imperativo, a convicção e a disposição dos manifestantes em relação à sua luta: “Não, presidente, não aceitamos isso. Portanto, ficaremos aqui (em ocupação ao Congresso) por tempo indeterminado” (não há indicação no texto de quem proferiu essa fala).

A matéria é com posta por 24 fotos que exaltam a organização dos povos indígenas. A composição das imagens permite analisar que os índios estavam ali de maneira intencional para se manifestarem e debaterem de forma pacífica com os deputados.

Foto em plano geral dos indígenas no que parece ser uma dança, ritual praticado nas aldeias, que agora ocupa a Câmara dos Deputados, permitindo a leitura subjetiva de que ali seria um lugar

aberto a sociedade, onde todos deveriam ter acesso e liberdade para debater os temas acerca do futuro do país.

Cerca de 700 indígenas ocupam Câmara dos Deputados



O objetivo das lideranças é pressionar a Mesa Diretora da Câmara para que ela extinga a comissão que tratará da PEC 215/2000 entre os parlamentares

Figura 6: Foto de Capa

Fonte: Brasil de Fato online, 16 de abril de 2013.

6. Considerações Finais

Ler criticamente as coberturas midiáticas significa problematizar, estabelecer relações, questionar as estratégias de construção do relato factual em busca de sentidos e discursos envolvidos no processo de produção da informação. Por isso, envolvemo-nos num embate que para compreender o sentido das produções jornalísticas é preciso conhecer seu contexto histórico-social de produção, e, também o que o compõe e o torna real no imaginário coletivo.

Após as análises, vimos que a cultura política dos produtos estudados se traveste como uma produção informacional ‘isenta’, enquanto que sua real intenção é a venda: de conjunto de hábitos, valores e linguagens que reforçam os caminhos de seus interesses.

Como a Veja que se posiciona de maneira mais distante da interpretação dos fatos e se limita a descrição parcial dos posicionamentos dos presentes; a Folha, que caminha de mãos dadas com o conservadorismo, ao passo que tende a dar apoio aos movimentos sociais e se diz pluralista; e o



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Brasil de Fato, que é uma mídia alternativa e se volta às pautas esquerdistas e analisa os fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais no país.

É perceptível que as matérias analisadas abordam o fato (ocupação indígena na Câmara), de modo diverso. Elas tomam forma mediante um contexto imensamente ligado com a cultura política de nosso país e, especialmente, às memórias discursivas retomadas no momento das narrativas. E, pensando em uma arquitetura horizontal de raciocínio, cambiamos por entre veículos que figuram um retrato parcial das visões massificadas das minorias no país, especialmente dos indígenas — Ora em negação às minorias (Veja), ora com parcimônia (Folha), e às vezes condescendente (Brasil de Fato).

A paradoxal objetividade, neutralidade e atualidade que rodeiam as rotinas de produção jornalística, muitas vezes acarretam um relato lânguido e superficial, que estereotipa e congela os personagens na construção do relato noticioso. Ainda assim, cremos que os pontos de escape surgirão a partir de ações dos novos movimentos sociais e suas tomadas de voz, na luta pela autorrepresentação. Caberá à comunidade indígena, assim como as demais minorias no país, definir seu campo político de luta e tomar à luz da cena comunicacional e social. Ao passo que contribuamos, enquanto receptores e produtores de sentidos, para uma pluralização cada vez mais abrangente de mídias a fim de suprimir a rota da estigmatização.

Referências

BITTENCOURT, L.B. O movimento indígena organizado na América Latina: a luta para superar a exclusão. **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**. Salvador, 2000. Disponível em: <[http://www. Anphlac.org/upload/anais/encontro4/libertad_bittencourt.pdf](http://www.Anphlac.org/upload/anais/encontro4/libertad_bittencourt.pdf) >. Acesso em: 24 de junho de 2013.

CANEVACCI, M. **A Linha de Pó: A Cultura Bororo entre Tradição, Mutação e Autorrepresentação**. São Paulo: Anna Blume, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Do contrato de Comunicação em Geral: O Contrato de Informação Midiático**. São Paulo: Contexto, 2007.



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

BERGER, Christa; MAROCCO, B. **A era glacial do Jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

GAZZOTI, Juliana. **Veja e os governos militares (68/85)**. Disponível em: <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/teseveja.htm> (acesso em 15/05/2011). Originalmente dissertação de Mestrado Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985). São Carlos: UFSCar, 1998. 215 p. Mestrado (Sociologia Política)-UFSCAR. CECH. CSo.

GOHN, M. da G. **Mídia e Terceiro Setor e MST**: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

MOTTA, L.G. Narratologia- Teoria e Análise da Narrativa Jornalística. IN: **Coletânea Textos em Comunicação**, Ano 2 v 2 N. 5. Brasília: Casa das Musas. 2005.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: olho d'Água/Fapesp, 2001.

PÁDUA, Gesner Duarte. **O herói conciliador**: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982- 1985).. 2011. 252 fl. (Dissertação) Mestrado em Comunicação e Semiótica- PUC, São Paulo, 2011.

PAOLI, M.C.P. O Sentido Histórico da Noção de cidadania no Brasil: Onde ficam os Índios? In: **O Índio e a Cidadania**- Comissão Pró-índio. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional, Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2009.